

ENTRE AS MINAS E OS GERAIS: DESIGUALDADE ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO

GILSON CÁSSIO DE OLIVEIRA SANTOS⁹⁷

RESUMO

O território de Minas Gerais evidencia uma segmentação socioeconômica expressiva. De um lado, as regiões localizadas ao sul externam bons indicadores econômicos e sociais, de outro, as do norte apresentam uma realidade comparável à de muitos países pobres da África. Tal desigualdade histórica reflete a formação do Estado, pautada pela priorização das regiões situadas ao sul, além da desigualdade espacial brasileira, tendo os estados do sul e sudeste à expressão de maior prosperidade e aqueles do nordeste e norte a demonstração da escassez e da pobreza.

Palavras-chave: mercado de trabalho, desigualdade regional, desenvolvimento.

BETWEEN THE MINES AND THE GENERAL: SPATIAL INEQUALITY OF THE LABOR MARKET

ABSTRACT

The territory of Minas Gerais shows an expressive socioeconomic segmentation. On the one hand, the regions located to the south present good economic and social indicators, on the other, the north presents a reality comparable to that of many poor countries in Africa. Such historical inequality reflects the formation of the State, based on the prioritization of the regions located to the south, besides the Brazilian spatial inequality, with the southern and southeastern states being the expression of greater prosperity and those of the northeast and north demonstrating scarcity and poverty.

Keywords: labor market, regional inequality, development.

97. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sociólogo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor das Faculdades Santo Agostinho e Coordenador do Observatório do Acesso ao Trabalho e à Justiça. E-mail: gilson.santos@unimontes.br

Introdução

Minas Gerais é o terceiro Estado mais rico da Federação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro foi menor apenas que o PIB de São Paulo e do Rio de Janeiro. Contudo, a riqueza mineira não se traduz, na mesma proporção, em qualidade de vida para a população residente no Estado. Isso porque o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Minas Gerais fixou-se em 9º lugar em 2010, ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Goiás.

O IDH renda fez o Estado recuar mais duas posições, posicionando-se em décimo primeiro lugar no ranking nacional. Permaneceu, porém, em 9º quanto ao IDH educação. O melhor indicador de desenvolvimento humano em Minas Gerais foi o IDH longevidade, o que fez o Estado se fixar em quinto lugar no ano 2010.

Além de se saber ser Minas Gerais um Estado contraditório no que diz respeito a sua riqueza versus a qualidade de vida proporcionada a população mineira, percebe-se que essa Unidade da Federação é também espacialmente desigual. As mesorregiões localizadas ao sul, como o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Sul/Sudeste de Minas, por exemplo, externam bons indicadores socioeconômicos. As mesorregiões alocadas ao norte, como: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, por outro lado, denotam indicadores ruins.

Com base em uma comparação espacial é possível definir a hipótese de que as regiões do Norte são as causadoras do desnivelamento entre a riqueza de Minas Gerais e o desenvolvimento humano do mesmo Estado. Todavia, essa não é a hipótese mais relevante. O que importa saber, de fato, é: Porque existem notórias disparidades sociais em uma mesma Unidade Federativa? A possibilidade de resposta para tal questão faz remeter à hipótese que na verdade importa: os interesses e as prioridades do governo da Unidade Federativa faz elevar o desenvolvimento ou reduzi-lo em algumas localidades específicas.

O referido trabalho pretende observar alguns indicadores sociais em Minas Gerais com foco no mercado de trabalho, estratificando espacialmente o Norte e o Sul do referido Estado, como será demonstrado à frente.

As observações empíricas trazidas neste texto foram fundamentadas nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os dados demonstram que o mercado de trabalho reflete as dimensões econômicas da desigualdade e da pobreza.

2. Metodologia

A pesquisa aqui demonstrada foi realizada a partir da utilização de estatística descritiva e análise espacial de dados socioeconômicos e do mercado de trabalho. Trata-se da avaliação de dados secundários extraídos de bases oficiais como: Atlas do Desenvolvimento Humano, organizado pela Fundação João Pinheiro e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTb).

Os procedimentos metodológicos utilizados se deram pela estatística descritiva, como dito anteriormente, no que diz respeito a instrumentalização de médias aritméticas, percentuais e distribuição de frequência, além da análise espacial composta na distribuição de frequência cartográfica, ou seja, pela demonstração dos dados em mapas.

O foco analítico foram os municípios do Estado de Minas Gerais, tendo realizado uma avaliação comparativa entre duas grandes regiões, que se denominaram aqui de: grande região das Minas e grande região dos Gerais. A análise comparativa proporcionou verificar diferenças especiais no território do Estado em avaliação.

3. Resultados

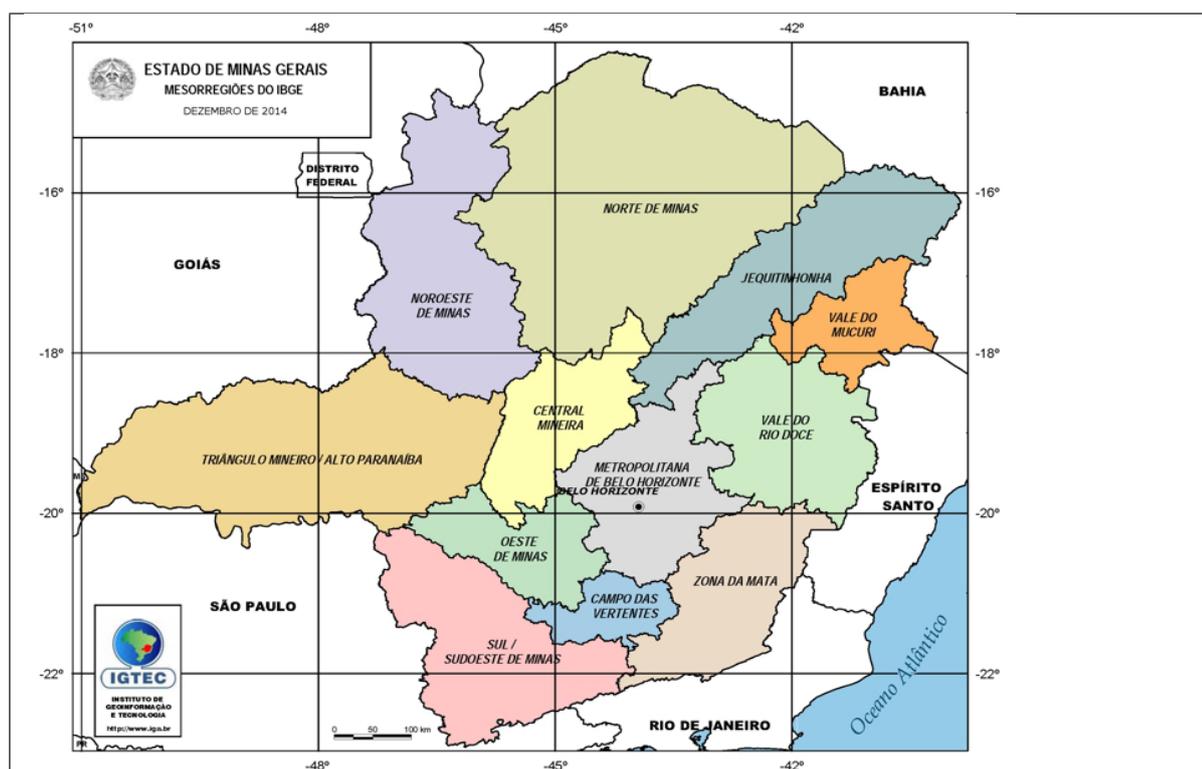
A divisão mesorregional observada aqui será aquela definida pelo IBGE. De acordo com o referido instituto, o Estado de Minas Gerais está segmentado em doze mesorregiões. Contudo, para a efetivação das análises propostas, estratificar-se-á o referido Estado, no que aqui serão denominadas de “grandes regiões”, sendo distintas apenas duas: a grande região das Minas, aquela composta pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Zona da Mata, Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas. E a grande região dos Gerais, formada pelas mesorregiões Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

A grande região das minas localiza-se ao sul do Estado, enquanto que os gerais se posicionam ao norte. Como será demonstrado, de forma geral, os municípios que se posicionam ao sul de Minas Gerais denotam características socioeconômicas mais próximas dos municípios de São Paulo e do Sul do Brasil. Ao Contrário, aqueles localizados ao norte, evidenciam indicadores comparáveis aos dos municípios do Nordeste.

Antes de adentrar aos dados do mercado de trabalho, serão avaliados alguns indicadores econômicos. A partir de tal observação será possível constatar a vinculação entre mercado de trabalho com fatores socioeconômicos, notadamente o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) e composição da pobreza. A desigualdade existente entre as regiões comparadas é perceptível na avaliação de cada indicador socioeconômico que se queira observar. Começando pelo IDH, importante indicador que expressa qualidade de vida, se verifica uma evidente desigualdade.

Figura 1 - Mesorregiões de Minas Gerais segundo IBGE



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (2014).

Os municípios possuidores dos maiores IDHs se posicionam, principalmente, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas e no Triângulo Mineiro.

O ranking dos dez IDHs mais elevados no Estado de Minas Gerais, de acordo com as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, referente ao ano 2010⁹⁸, não apresenta nenhum município situado na Grande Região dos Gerais, como explicita a Tabela 1.

Ao contrário, dentre os dez piores IDHs se encontram apenas dois municípios que se vinculam a Grande Região das Minas, sendo: Frei Lagonegro, localizado na mesorregião Vale do Rio Doce e Araponga, centrado na Zona da Mata. Todos os outros oito municípios com baixo IDH se mostram ligados a Grande Região dos Gerais, evidenciando que o estado possui uma grande diferença espacial no componente Desenvolvimento Humano, como evidencia a Tabela 2.

98. Utilizou-se dados de 2010 devido serem os mais recentes quanto a IDH, Gine e pobreza. Já que o PNUD avalia dados do Censo.

Tabela 1 - Relação dos dez municípios com os maiores IDHs de Minas Gerais - 2010

Ordem	Município	IDH	Mesorregião
1º	Nova Lima	0,813	Metropolitana na de Belo Horizonte
2º	Belo Horizonte	0,810	Metropolitana na de Belo Horizonte
3º	Uberlândia	0,789	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
4º	Itajubá	0,787	Sul/Sudoeste de Minas
5º	Lavras	0,782	Campo das Vertentes
6º	Poços de Caldas	0,779	Sul/Sudoeste de Minas
7º	Juiz de Fora	0,778	Zona da Mata
8º	Varginha	0,778	Sul/Sudoeste de Minas
9º	Lagoa Santa	0,777	Metropolitana na de Belo Horizonte
10º	Itaú de Minas	0,776	Sul/Sudoeste de Minas

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: própria.

Assim como em Minas Gerais, a distribuição do IDH no Brasil constata uma clara desigualdade espacial no seio do território nacional. Os estados do Norte e do Nordeste são formados por municípios cujo Índice de Desenvolvimento Humano é baixo ou muito baixo. De outro modo, as Unidades Federadas do Sul e do Sudeste possuem cidades com IDH elevado.

Tabela 2 - Relação dos dez municípios com os menores IDHs de Minas Gerais - 2010

Ordem	Município	IDH	Mesorregião
1º	Itaipé	0,552	Vale do Mucuri
2º	Fruta de Leite	0,544	Norte de Minas
3º	Frei Lagonegro	0,543	Vale do Rio Doce
4º	Setubinha	0,542	Vale do Mucuri
5º	Ladainha	0,541	Vale do Mucuri
6º	Monte Formoso	0,541	Jequitinhonha
7º	Catuji	0,54	Vale do Mucuri
8º	Bonito de Minas	0,537	Norte de Minas
9º	Araponga	0,536	Zona da Mata
10º	São João das Missões	0,529	Norte de Minas

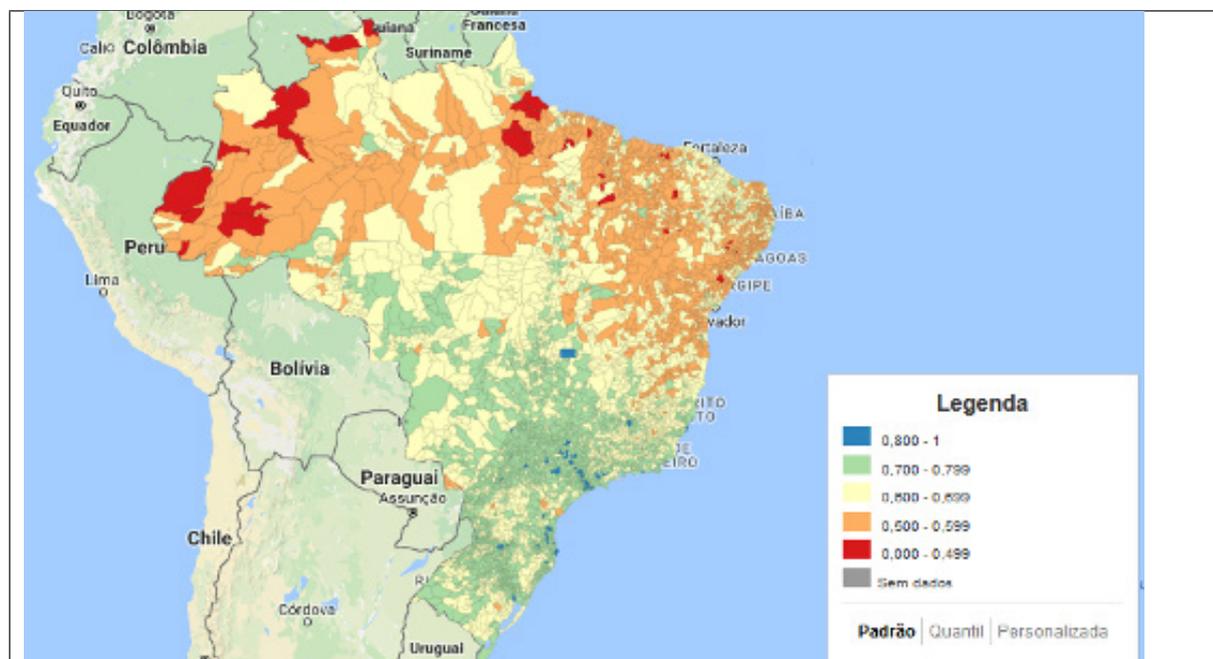
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: própria.

Embora o Estado de Minas Gerais se situe na região Sudeste, ele se mostra menos homogêneo quanto aos indicadores socioeconômicos. Como se pode observar com o IDH, os municípios alocados ao norte do Estado (Grande Região dos Gerais), externam uma forte proximidade com aqueles posicionados na Região Nordeste do Brasil, enquanto que as cidades localizadas ao sul do Estado (Grande Região das Minas), evidenciam semelhanças com os que se posicionam no Sul do país e nos demais Estados do Sudeste.

Como será mostrado, as diferenças socioecômicas explicitadas pelo IDH se espelham na desigualdade espacial quanto a formalização do emprego, renda do trabalhador e percentual de industrialização dos municípios. Tais dados denotam que as disparidades no mercado de trabalho do Estado refletem as diferenças espaciais quanto aos aspectos

econômicos e sociais.

Figura 2 - IDH segundo municípios do Brasil - 2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria.

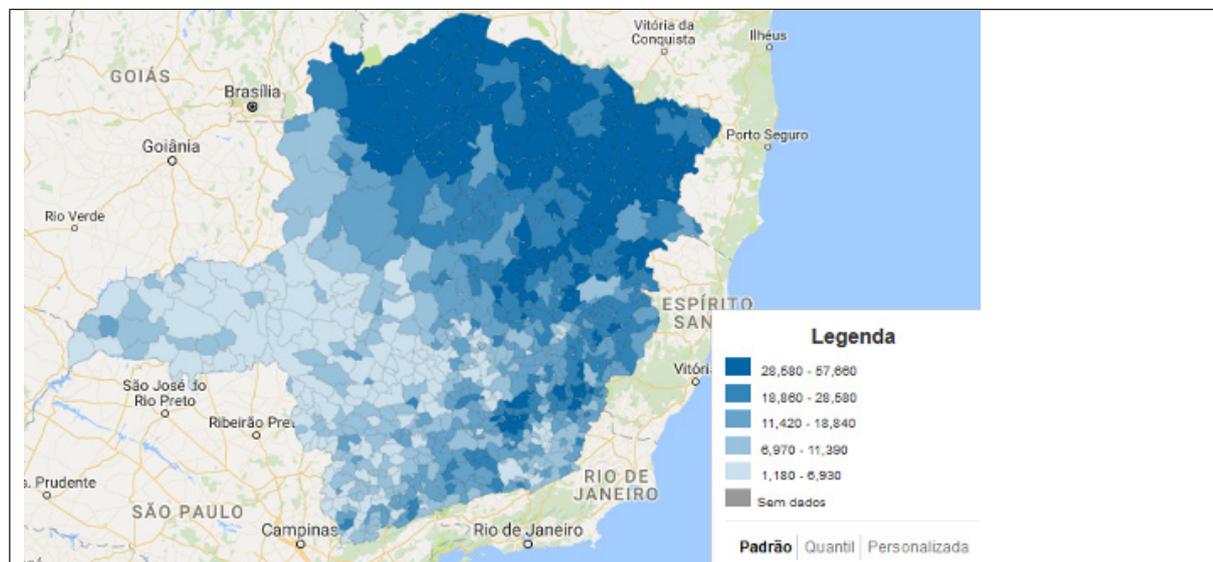
Tal dado se faz perceber também na condição de pobreza econômica a partir de uma distribuição geográfica parecida. O Nordeste e o Norte do Brasil concentram um número maior de pobres e no Estado de Minas Gerais eles estão concentrados nas Regiões Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, exatamente as regiões que compõem a Grande Região dos Gerais.

Social, economicamente e até culturalmente, é possível constatar que o Estado de Minas Gerais não delimita fronteiras claras em relação aos seus vizinhos diretos. Ao contrário, a referida Unidade da Federação se mostra como uma área de transição. Ao que aqui está sendo avaliado, tal área delimita-se como um gradiente entre o Sul e o Sudeste do Brasil, por um lado, e o Nordeste brasileiro, por outro. Onde, na Grande Região dos Gerais, aquela limitrofe ao Nordeste, se percebe características similares às daquela Região Nacional.

Embora esteja politicamente localizado na Região Sudeste do Brasil, Minas Gerais é na verdade uma Unidade da Federação vinculada a duas Regiões: Sudeste e Nordeste. Isso devido às suas características socioeconômicas, além das políticas e culturais. Na Grande Região dos Gerais verificam-se maior concentração de pobres, mais elevada desigualdade social e menor renda per capita. Na Grande Região das Minas, vizinha do Estado de São

Paulo, se nota fatores socioeconômicos parecidos com os desse último Estado, bem como, com os Estados do Sul do País. Ou seja, maior renda per capita, menor desigualdade social, menor concentração da pobreza, maior índice de formalização do trabalho.

Figura 3 - Percentual de pobres em Minas Gerais - 2010



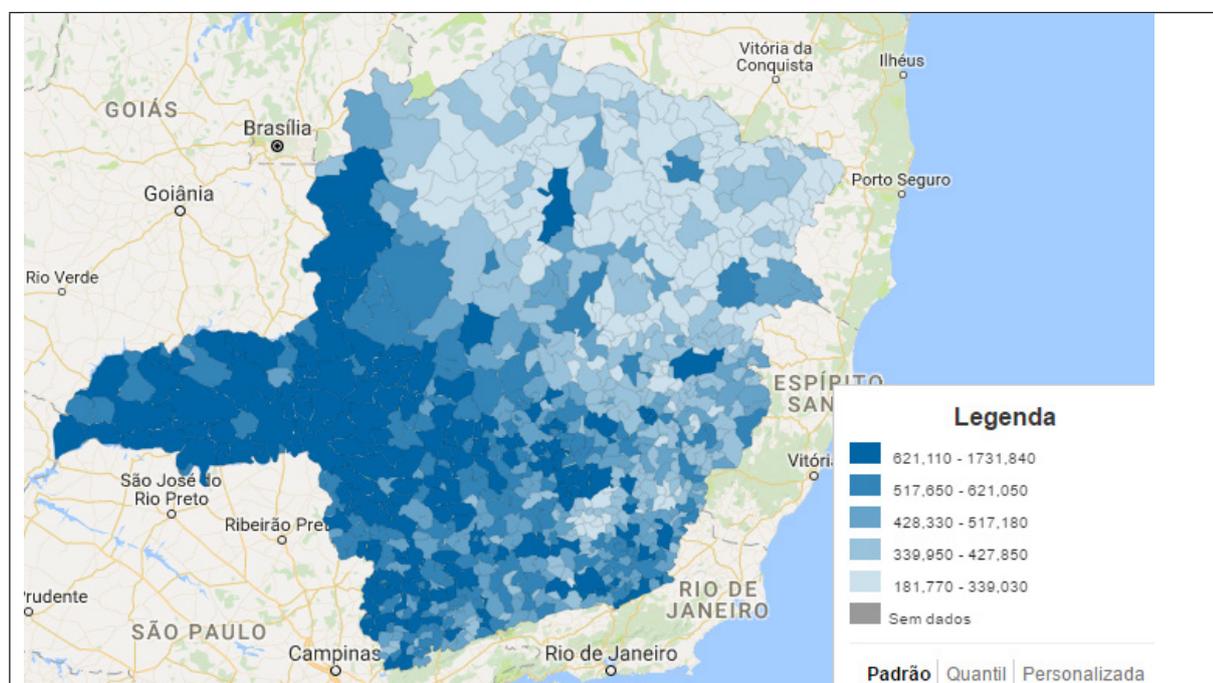
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria

Quanto a este último ponto, no que concerne especificamente ao mercado de trabalho, as coisas não são diferentes. As distâncias postas pelos dados empíricos, entre uma região e outra, são expressivas e claras, denotando a mesma tendência da distância entre as mesorregiões do norte comparativamente com as do sul do Estado. Isso denota o vínculo do mercado de trabalho com as dimensões socioeconômicas. Ou seja, o mercado de trabalho reflete as condições de vida, de pobreza e desigualdade social de uma determinada localidade ou região.

A fim de se efetivar uma melhor visualização dos dados e de se comparar duas variáveis categóricas distintas (as Grade Regiões das Minas e dos Gerais), ir-se-á, a partir de agora, avaliar dados agregados de ambas as Grades Regiões e compará-los para fins analíticos. Em cada Grande Região, os indicadores serão observados a partir do cálculo da média dos municípios. Como a média é afetada por valores extremos (AGRESTI; FINLAY, 2012), nos casos aqui apresentados ela tende a diminuir o valor agregado em cada uma das Grandes Regiões, bem como em todo o Estado. Contudo, no momento em que se fizer comparações entre médias, o indicador será avaliado a partir do mesmo parâmetro a fim de evitar distorções ou vieses nas análises. Isso porque não é possível avaliar, por exemplo, o percentual de pobres da Grande Região dos Gerais, assim como não se pode fazer o mesmo com a Grande Região das Minas. Logo, o método adequado seria a observação das médias dos municípios. Assim, vinculando cada município a sua respectiva Grande Região

é possível comparar as médias de ambas. É o que será demonstrado a partir de agora.

Figura 5 - Renda per capita em Minas Gerais - 2010.



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria

Por exemplo, quanto a variável renda do trabalhador, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, em 2010, a média da renda média⁹⁹ dos trabalhadores formais da Grande Região das Minas era de R\$ 837,69. Isso significa que um trabalhador que habitava naquele ano em um dos municípios do referida Grande Região recebia em média R\$ 327,69 a mais do que o salário mínimo. Em outras palavras, esse trabalhador ganhava em média 1,6 salário mínimo. Isso porque o valor do salário mínimo nominal em 2010, no Brasil era R\$ 510,00, segundo informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

De outra forma, a média entre os municípios da Grande Região dos Gerais da renda média dos trabalhadores formais em 2010 era de R\$ 731,00. Valor que se situa em R\$ 221 acima do salário mínimo nominal à época. Porém, fixava-se em R\$ 106,69 abaixo da média registrada pelas cidades localizadas nas Minas e R\$ 83,92 abaixo da renda média dos trabalhadores formais do Estado de Minas Gerais, já que a média da renda média dos trabalhadores em todo Estado registrou-se em R\$ 814,92.

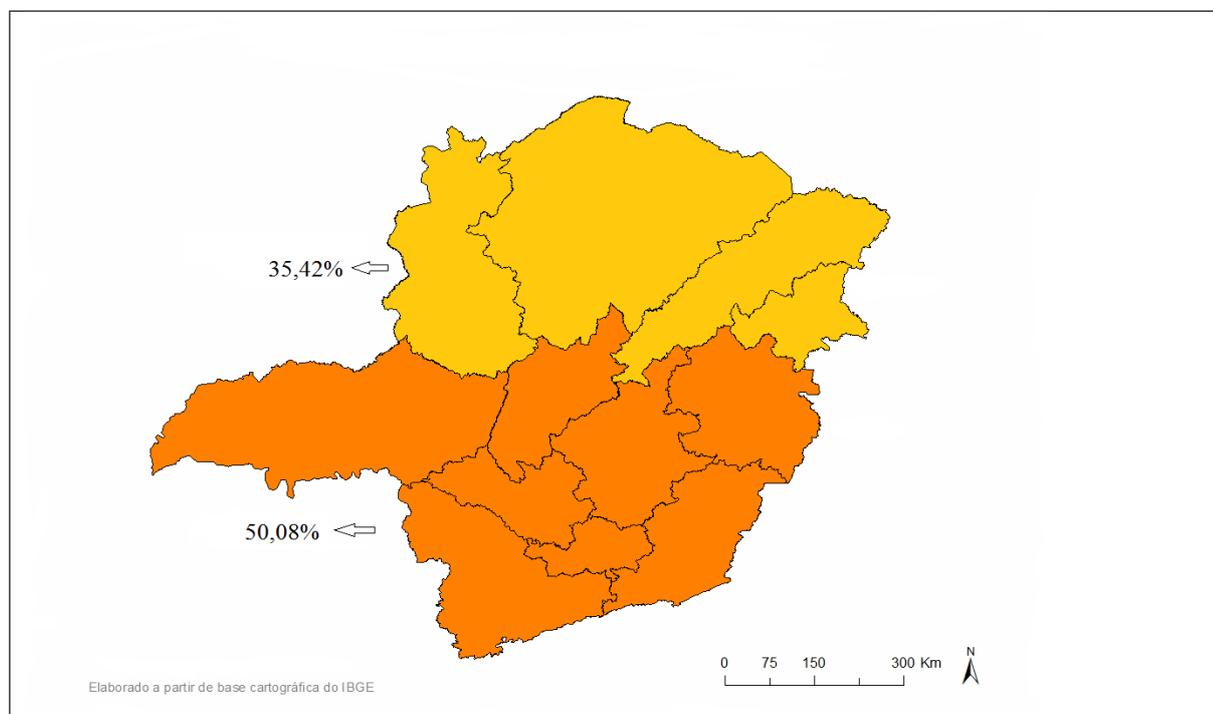
Os municípios que ostentam as dez maiores rendas per capita no Estado de Minas Gerais são: Nova Lima (R\$ 1.731,84) Belo Horizonte (R\$ 1.497), Juruaia (1.122,10), Lagoa

⁹⁹. Esse cálculo foi feito com a média da renda média dos municípios. Ou seja, aqui existem dois estágios da média, o primeiro diz respeito à média da renda dos trabalhadores dos municípios, o segundo trata-se da média dos próprios municípios.

Santa (R\$ 1.089,96), Juiz de Fora (R\$ 1.050,88), Jequitibá (R\$ 1.007,03), Uberlândia (R\$ 1.001,45), Uberaba (R\$ 978,01), Caxambu (R\$ 963,25) e Poços de Caldas (R\$953,96). Não é desnecessário dizer que todos eles se encontram na Grande Região das Minas. Ao passo que, dentre os municípios possuidores das dez menores rendas per capita do Estado, oito estão localizados nos Gerais, sendo eles: Catuji (R\$ 221,41), Santa Helena (R\$ 218,43), Ninheira (R\$ 210,17), Monte Formoso (R\$ 206,62), Cristália (R\$ 200,51), Bonito de Minas (195,65), Santo Antônio do Retiro (R\$ 183,75) e São João das Missões (R\$ 181,77).

Na lista das dez menores rendas per capita estão Pains (R\$ 203,93), na Mesorregião Oeste de Minas, e Frei Lagonegro (201,83) no Vale do rio Doce, ambas vinculadas às Minas, segundo dados de 2010, disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano, conforme se pode observar na Figura 6

Figura 6 - Média do grau de formalização dos ocupados nos municípios das minas e das gerais - 2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria

A média de formalização dos municípios do Estado de Minas Gerais foi de 46,95%. Com base no cálculo das médias, as cidades situadas na Grande Região das Minas compuseram uma média de 50,08% do grau de formalização. Apresentando 3,13 pontos percentuais acima da média do Estado, enquanto que as cidades localizadas nos Gerais evidenciaram uma média de 35,42%, o que significa 11,53 pontos percentuais a menos que a média de todo o Estado e 14,66 a menos que a região das Minas, denotando uma diferença expressiva

entre as Grandes Regiões.

Se, como diria Maurício Delgado (2014), a formalização aproxima o trabalhador do direito do trabalho, o caso da diferença espacial da formalização do mercado de trabalho em Minas Gerais mostra a atuação de dois casos: um mercado de trabalho mais formalizado, onde os trabalhadores estão mais amparados pelas regras legais, que é o das Minas, e outro mercado de trabalho menos formalizado onde os trabalhadores encontram-se mais vulneráveis e mais dependentes da própria sorte. Onde o direito do trabalho se mostra menos perceptível, sendo este o caso dos Gerais.

A atuação da indústria é, ainda hoje, avaliada como um indicador de desenvolvimento e progresso econômico. A despeito das controvérsias que tal afirmação possa gerar, é possível identificar, também nesse campo, uma diferença significativa entre as regiões em destaque. Nesse caso, será levada em consideração a média do percentual dos ocupados na indústria de transformação.

A média em todo Estado de Minas Gerais dos ocupados no referido setor de atividade econômica é de 9,05%, no caso das Minas especificamente, a participação se eleva para 10,20% em média, sendo que nos Gerais ela se reduz para 4,83%, denotando uma diferença de 5,37 pontos percentuais.

Tendo realizado esse rápido panorama da discrepância socioeconômica existente no interior do Estado de Minas Gerais, é importante salientar que outros indicadores poderiam ser destacados aqui. Como a diferença da atuação entre sexos em ambas as grandes regiões, a variedade das horas trabalhadas e do valor recebido pelo trabalhador por hora de trabalho, a discrepância na atuação dos mais jovens e no ingresso ao mercado de trabalho, além da disparidade da rotatividade de mão de obra e outros. Contudo, por hora, julga-se suficientes os dados aqui apresentados para destacar a diferença espacial existente em uma mesma Unidade da Federação, no que tange aos aspectos socioeconômicos e em especial, ao âmbito do mercado de trabalho. Evidenciando a relação entre a desigualdade socioeconômica e a desigualdade do mercado de trabalho.

Resta agora, tentar imaginar os motivos que levam a efetivação de flagrantes disparidades. Isso será feito no tópico a seguir.

4. Discussão

Tentando encontrar os fatores que impulsionam o desenvolvimento tecnológico nos diversos países, Manuel Castells (2006) encontra como explicação possível a atuação e intervenção do Estado. Diz sobre isso que “o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e em uma época” (CASTELLS, 2006, p. 49).

Pensando nisso e no processo de formação socioeconômica da sociedade brasileira, de forma geral, e da sociedade de Minas Gerais, de forma específica, pode-se lançar uma hipótese de que a atuação do Estado, enquanto instituição administrativa e burocrática, ou como organização que possui o privilégio do exercício da dominação (WEBER, 2009), foi decisivo no processo estratégico do georreferenciamento socioeconômico do território nacional e, conseqüentemente, da Unidade da Federação, no caso de Minas Gerais e talvez de outras Unidades Federadas.

Afirma-se isso com base em algumas evidências. Em primeiro lugar: economistas como Celso Furtado (2001) e Werner Baer (2009) mostram que o Estado Brasileiro se posicionou historicamente como um Estado empreendedor. Forjou empresas, contratou pessoas com finalidade produtiva, gerou e administrou renda em seus próprios bancos, exportou commodities, e, principalmente, definiu política de investimento. Tais políticas determinavam no que, onde e quando investir.

Haja vista os intensos incentivos fiscais e financeiros destinados aos fazendeiros do café, localizados no Estado de São Paulo. Na sequência histórica, a substituição da produção cafeeira pela industrial, financiada pelos cofres públicos aos mesmos fazendeiros que se tornariam industriais.

Deve-se lembrar também da política migratória administrada, de igual modo, pelo Estado. Aquela mesma política de migração que nos é apresentada, dentre outros, por Darcy Ribeiro (1995). Nela se assistiu à substituição da força de trabalho escrava (negra) pela mão de obra italiana, alemã e japonesa (brancas). Nesse ponto se constata a atuação do Estado no que se refere a administração espacial do território. Os negros se concentraram nos engenhos falidos da Região Nordeste do Brasil e a nova população branca foi instalada nas regiões onde se pretendia propiciar maior desenvolvimento econômico. Notadamente os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste, e os Estados do Sul do país.

Em Minas Gerais não foi diferente. A localização da Capital Ouro Preto denota os interesses do Estado nas regiões ligadas ao sul da Unidade da Federação, exatamente

aquelas mais próximas do principal alvo de investimentos do governo brasileiro, o Estado de São Paulo.

Ouro Preto estava localizada nas regiões das lucrativas minas de ouro e diamante. Mais tarde, porém, com o discurso de integrar as Minas e os Gerais, transfere-se a capital para o centro. Todavia, olhando a localização de Belo Horizonte no mapa se percebe que o referido município se demarca ainda no sul. Evidenciando, mais uma vez, que os interesses financeiros não incluíam a parte norte do Estado.

A final, como nos alerta Costa (1997), a função dos gerais era suprir de alimentos aqueles que geravam a riqueza econômica e se encontravam na região das minas. Assim, o vasto território ao norte não era prioridade, a não ser para ceifar os alimentos que seriam consumidos pelos mineiros, ou seja, os trabalhadores das minas.

Quando Otávio Soares Dulci (1999) avalia o desenvolvimento populacional e econômico de Minas Gerais, aborda que o grau de acentuação desse desenvolvimento depende do nível de coesão das elites regionais. Isso devido ao fato das elites econômicas reivindicarem dos governos de suas épocas a intervenção e o investimento necessários para fazerem frutificar os seus negócios.

Como até o final do século XIX, as elites das regiões posicionadas ao norte de Minas Gerais eram numericamente inferiores e menos desenvolvidas do que as do sul, as primeiras regiões tiveram seu curso de desenvolvimento socioeconômico retardado em relação as últimas. Fazendo com que o desenvolvimento do capitalismo dos gerais fosse consolidado apenas na década de 1960 (Rodrigues, 2000), enquanto que a máquina produtiva ao sul já atuava em pleno vapor no século XVIII.

Por esses motivos, a discussão aqui posta não se fundamenta na constatação de fatores que levaram a desigualdade socioeconômica, bem como do mercado de trabalho em Minas Gerais. Mas, traz alguns apontamentos hipotéticos com base na discussão teórica de fatores que poderiam ter influenciado a diferença especial evidente no território de Minas Gerais. Se apresenta a hipótese de que as diferenças socioeconômicas entre as regiões vinculadas ao sul, em relação as outras postas ao norte de Minas Gerais, se deram devido a prioridade racional do desenvolvimento produtivo possibilitado pelo Estado. Preferindo as primeiras e preterindo as últimas. Cabe perguntar, porém, se existe interesse atual em atenuar as diferenças regionais? Para responder à questão posta, caberia avaliar os mesmos dados que aqui se observou, contudo, em série histórica, a fim de aferir se houve diminuição das diferenças na história recente entre as regiões estudadas. Ficando aqui a proposição para a realização de trabalhos futuros.

Considerações finais

Minas Gerais é um Estado dividido geograficamente conforme o nome. Existe uma delimitação socioeconômica explícita, demarcada pelas fronteiras do próprio nome cunhado na Unidade da Federação. As regiões das Minas ostentam indicadores favoráveis, comparáveis aqueles externados pelos Estados mais ricos da Federação, ao passo que as regiões dos Gerais amargam, ainda hoje, características que não são distantes da realidade brasileira, mas, mais próximas estão das regiões jogadas às margens dos interesses econômicos majoritários.

A segregação geográfica posta em Minas Gerais reflete a mesma diferenciação espacial existente no território brasileiro. A explicação para ambas parece ser a mesma. Trata-se da priorização do Estado quanto as regiões que mais agradam aos olhos das elites econômicas. Assim, São Paulo e Rio de Janeiro, juntamente com os Estados do Sul do país largam e se mantêm na dianteira de um processo de desenvolvimento socioeconômico espacialmente definido. Junto desses estados seguem as Minas de Minas Gerais.

De outro lado, o Norte e o Nordeste do Brasil são alocados ao segundo plano. Esperando, um dia quem sabe, se equilibrar na balança regional. Próximos a essas regiões estão os Gerais de Minas Gerais. Estado rico, porém, pobre. Igual, porém desigual. Desenvolvido, porém, carente.

Recebido em: 20 de março de 2018.

Aprovado em: 19 de maio de 2019

Referências

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais. 4.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BAER, Werner. A economia brasileira. 3.ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Bases de dados RAIS e CAGED. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged>>. Acesso em: janeiro a junho de 2017.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Registros administrativos da RAIS e do CAGED. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação anual de informações sociais. Brasília: 2017.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 9.ed. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best, 1997.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 13.ed. São Paulo: LTR, 2014.

DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 30.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do desenvolvimento Humano. 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: janeiro a junho de 2017.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins, et al. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

WEBER, Max. Economia e sociedade. 4.ed. V.1. Brasília: UNB, 2009.

Recebido em: 07 de março de 2018.

Aprovado em: 30 de julho de 2018.